

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E FORMAÇÃO
DOCENTE
MESTRADO EM ENSINO E FORMAÇÃO DOCENTE

RAIMUNDO JACKSON NOGUEIRA DA SILVA

**AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO FLEXIBILIZADO
PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

MARANGUAPE-CE
2022

RAIMUNDO JACKSON NOGUEIRA DA SILVA

**AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO FLEXIBILIZADO
PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ensino e Formação Docente, do Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Currículo e Avaliação

Orientador: Prof. Dr. Emanuel Rodrigues Almeida

Co-orientadora: Profa. Dra. Adele Cristina Braga Araújo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI
Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SILVA, RAIMUNDO JACKSON NOGUEIRA DA.
AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO FLEXIBILIZADO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA / RAIMUNDO JACKSON NOGUEIRA DA SILVA. - 2022.
56 f.

Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Ensino e Formação
Docente, Campus Maranguape, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Emanuel Rodrigues Almeida.

Coorientação: Profª. Dra. Adele Cristina Braga Araújo .

1. Ontologia. 2. Trabalho Flexibilizado. 3. Toyotismo. 4. Educação Profissional e Tecnológica. 5.
Consciência. I. Título.

RAIMUNDO JACKSON NOGUEIRA DA SILVA

**AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO FLEXIBILIZADO
PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ensino e Formação Docente, do Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Aprovado em: 18/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Emanuel Rodrigues Almeida (Orientador)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE

Profa. Dra. Adele Cristina Braga Araújo (Co-Orientadora)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE

Prof. Dr. Fabiano Geraldo Barbosa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE

Profa. Dra. Simone Cesar da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE

Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico este trabalho aos meus pais Ana Maria (mãe), Joaquim Nogueira (pai), Jardênia Mayara e Jannayara Nogueira (irmãs).

AGRADECIMENTOS

À Deus, criador do universo e detentor da minha vida, que conhece meus problemas, minhas lutas, meus sonhos e permite viver aquilo que eu possa suportar e aquilo que mereço.

À minha família, que em todos os momentos esteve comigo, acreditando, ajudando, e nunca me deixando cair, sem vocês não seria possível neste momento em minha vida.

À minha turma do Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente (Turma 2), que foram pessoas maravilhosas e que, mesmo no período remoto, sem contato físico, foi possível sentir a força, a energia e o companheirismo de cada um/a. Dessa turma, gostaria de agradecer em especial aos amigos Silvia, Rejane, Willame e Emanoellyna, na qual fizemos grandes parcerias, e fomos além de somente colegas, mas amigos de todas as horas.

Ao professor Dr. Emanuel Rodrigues, que com maestria me conduziu nesse processo, reconhecendo minhas limitações e acreditando em meu potencial. Em diversos momentos tive aflições e vontade de desistir, mas sua forma de conduzir o processo tornou leve aquilo que deveria ser peso na caminhada. Professor, a você minha gratidão e um sincero pedido de desculpas, pois poderia ter feito muito mais.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) e à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) por proporcionar não somente a mim, mas a todos aqueles que entraram e ainda estão por vir, uma formação crítica, com reflexões e propostas de intervenção social.

Por fim, gostaria de agradecer à Secretaria Municipal de Educação de Canindé – CE e à Escola José Bernardo Uchoa, por compreender minhas ausências e permitir que, mesmo sem licença, fosse em busca de conhecimento.

“Amar e mudar as coisas.”

Belchior

RESUMO

O trabalho foi responsável pelo surgimento e mediação do ser social. Ele foi o salto ontológico através do qual houve a evolução do homem meramente biológico para um ser social. Os seres são ontologicamente divididos em orgânicos, inorgânicos e sociais. O ser humano está inserido no grupo dos seres sociais, mesmo que ainda possua capacidade biológica de reprodução, o que faz essa diferença é a sua capacidade teleológica de pensar e produzir em prática as suas ideias. Podemos considerar que o trabalho é a categoria fundante do ser social e é através dele que os demais complexos - como economia, linguagem, educação, entre outros – são constituídos. Nesse sentido, esta pesquisa busca compreender as implicações do trabalho flexibilizado para a educação profissional e tecnológica. Os objetivos específicos consistem em: 1) Apresentar o trabalho como mediação e protoforma do ser social; 2) Debater sobre a relação do trabalho e a reprodução do ser social como categoria necessária ao ser humano e o processo sócio histórico do desenvolvimento humano; 3) Compreender as implicações do trabalho flexibilizado na educação profissional e tecnológica; e 4) Discutir sobre a atual crise do trabalho e educação. A metodologia consiste no método ontológico de caráter qualitativo, sendo bibliográfica baseando principalmente nos autores Marx (2001), Lukács (2013), Tonet (2016), Lessa (2016), Jucá (2021), Silva (2021) e outros autores que abordam a temática. O produto tecnológico foi a construção da oficina pedagógica “O trabalho flexibilizado e a educação profissional”, destinada para professores, técnicos educacionais e estudantes de escolas de nível médio ou superior. Conclui-se que o trabalho é a categoria fundante do ser social, que está intimamente ligado ao complexo da educação, responsável pelo acúmulo do conhecimento e avanço das relações sociais. Apesar do conhecimento possuir um papel social, ainda não atingiu o ápice da consciência humana, sendo possível somente com o fim das classes sociais. A educação toyotista vem sendo amparada pelo sistema capitalista, como forma de flexibilização do currículo. Portanto, esse sistema excludente e exploratório, realiza mudanças curriculares e fornece para classe pobre e trabalhadora apenas formação educacional mínima necessária para atender os interesses do mercado.

Palavras-chave: Ontologia. Trabalho Flexibilizado. Toyotismo. Educação Profissional e Tecnológica. Consciência.

ABSTRACT

Labor was responsible for the emergence and mediation of social being. It was the ontological leap through which there was the evolution from the merely biological man to a social being. Beings are ontologically divided into organic, inorganic, and social beings. The human being is inserted in the group of social beings, even though he still has the biological capacity of reproduction, what makes this difference is his teleological capacity of thinking and producing his ideas in practice. We can consider that labor is the founding category of social being and it is through it that the other complexes - such as economy, language, education, among others - are constituted. In this sense, this research seeks to understand the implications of flexible labor for professional and technological education. The specific objectives are: 1) To present labor as a mediation and proto-form of social being; 2) To discuss the relationship between labor and the reproduction of social being as a necessary category for the human being and the socio-historical process of human development; 3) To understand the implications of flexible labor in professional and technological education; and 4) To discuss the current crisis of labor and education. The methodology consists of the ontological method of qualitative character, being bibliographical based mainly on the authors Marx (2001), Lukács (2013), Tonet (2016), Lessa (2016), Jucá (2021), Silva (2021) and other authors who address the theme. The technological product was the construction of the pedagogical workshop "The flexibilized labor and professional education", intended for teachers, educational technicians and students of high schools or higher education. It is concluded that labor is the founding category of social being, which is closely linked to the complex of education, responsible for the accumulation of knowledge and the advancement of social relations. Although knowledge has a social role, it has not yet reached the apex of human consciousness, being possible only with the end of social classes. The toyotist education has been supported by the capitalist system, as a way to make the curriculum more flexible. Therefore, this exclusionary and exploitative system makes curricular changes and provides the poor and working class with only the minimum educational training necessary to meet the interests of the market.

Keywords: Ontology. Flexibilized Labor. Toyotism. Professional and Technological Education. Conscience.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
2.1	Ontológico.....	13
2.2	Epistemológico.....	14
2.3	Abordagem.....	15
2.4	Bibliográfica.....	16
2.5	Etapas da pesquisa.....	17
2.6	Apresentação do produto educacional.....	18
3	TRABALHO: MEDIAÇÃO E PROTOFORMA DO SER SOCIAL.....	19
4	EDUCAÇÃO E A REPRODUÇÃO DO SER SOCIAL	26
5	AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO FLEXIBILIZADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	30
6	A ATUAL CRISE DO TRABALHO E EDUCAÇÃO	33
7	PRODUTO EDUCACIONAL - OFICINAS PEDAGÓGICAS “O TRABALHO FLEXIBILIZADO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA”	37
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	50
	ANEXOS.....	55

1. INTRODUÇÃO

O trabalho foi a atividade humana que mediou a forma orgânica à social do ser. Ele foi o salto ontológico através do qual houve a evolução do homem meramente biológico para um ser social. Não existe vida humana sem o trabalho, pois é ele quem medeia a ação humana na transformação da natureza em prol de bens, para garantir a sua sobrevivência e reprodução social.

A dependência ontológica está alicerçada no fato de que, para Lukács (1979):

O trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento das suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado. (LUKÁCS, 1979, p. 87).

Lukács ressalta, em suas obras, que o homem é o motor da sociedade, fonte geradora das transformações e do conhecimento, partindo da sua consciência, que é a chave mestra para executar ou colocar em prática a subjetividade, que logo se transformará em/construirá algo, o que podemos denominar objeto.

Todavia, é necessário compreender que a categoria trabalho é um dos complexos que garante a sociabilidade do ser social e que, associados a essa categoria, existem diversos complexos que se entrelaçam entre si, de forma a garantir as relações entre os homens, a relação do ser social, sendo todas ligadas ao trabalho. Lessa (2012, p.25) reforça que “a vida social contém uma enorme variedade de atividades voltadas para atender às necessidades que brotam do desenvolvimento das relações dos homens entre si”. Ou seja, a evolução humana, dos complexos como economia, educação, linguagem, jurídico, nascem e se fortalecem na perspectiva de garantir a vida social, ou melhor, as relações sociais.

Dessa forma, o trabalho é responsável por produzir certas mediações entre o homem e os fins imediatos que ele pretende alcançar, dos quais a verdadeira prática social só é possível quando essa relação ocorre de forma socialmente universal, como uma das que tem implicações ontológicas para a liberdade.

Todos os complexos são mediados pela categoria do trabalho, sustentando, assim, a existência do ser social por meio da sociabilidade, da capacidade de pensar e de exteriorizar ou produzir aquilo que está em mente. A imaginação não é algo aleatório, é algo planejado, arquitetado e posteriormente exteriorizado ou executado. Entre os diversos complexos podemos

citar a economia, a linguagem, o conhecimento e outros, que ao decorrer dos séculos se aperfeiçoaram para garantir o desenvolvimento da humanidade.

Ao adentrar a discussão da evolução do ser social, faz-se necessário compreender que existem três esferas ontológicas: inorgânica, orgânica e social. Conforme Silva *et al* (2021, p.3):

O ser inorgânico não possui vida, sendo apenas um movimento de convergência para transformação de outro elemento. A esfera orgânica, consiste na reprodução do mesmo elemento e a esfera social se diferencia das demais esferas pela sua consciência, sua capacidade de pensar, de articular ideais, de projetar e de executar algo.

Apesar de que somente o ser social é capaz de produzir novos produtos, não podemos limitar a importância das outras esferas, pois, sem elas, não haveria vida humana. Embora essas três esferas ontológicas sejam diferentes, elas estão ligadas, pois, sem o reino inorgânico não há vida, e sem vida não há ser social. Isso porque existe um procedimento evolutivo que conecta três esferas: surgiu da vida inorgânica e dela um ser social.

Tonet (2016, p. 26) destaca que o trabalho é o agente preposto das relações sociais, é ele que articula as transformações no mundo, visto que, ao transformar a natureza, os homens também se transformam a si mesmos. Evidentemente, o mundo não é constituído apenas pelo trabalho, mas também por muitas outras dimensões. Todas elas, porém, – relativas – têm sua raiz no trabalho.

Da categoria trabalho surgiram vários outros complexos, sendo um destes a educação. Lima e Jimenez (2011) conceituou que “a educação é um complexo social fundado pelo trabalho e, como os demais complexos sociais, estabelece com ele uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa”.

Lima (2009) faz uma análise ontológica da educação, buscando evidenciar sua essência e suas relações com a totalidade social, considerando a necessidade de uma contraposição à fetichização que a envolve e dissimula suas reais funções numa sociedade capitalista. Procurando apanhar o significado da educação em Lukács a partir de duas linhas de análise, tem-se: a primeira, atrelada aos enunciados que explicitamente apresentam reflexões acerca da educação; a segunda, por sua vez, voltada à captura dos elementos implicitamente a ela vinculados e que auxiliam na sua compreensão. O caminho até a educação passou pela análise das categorias trabalho e reprodução em Lukács.

Segundo Lima e Jimenez (2011, p.80), a educação é um complexo essencial para a reprodução do gênero humano, consistindo na mediação entre a individuação e a generalidade. O caráter social a ela inerente também constitui característica especificamente humano-genérica

e se traduz num aspecto que distingue o ser social da esfera precedente. Como processo puramente social, a educação é necessária para assimilar os elementos sociais que constituem a essência geral do ser humano, a qual requer um único indivíduo em cada momento específico.

A educação é essencial em todos os modos de organização social, pois sua função é conectar o singular com o geral, reproduzindo no indivíduo as objetivações que surgem durante o desenvolvimento humano, possibilitando assim a continuidade da existência social.

Resgatando o processo inicial das relações sociais, considerando os seres orgânicos, inorgânicos e social, o objetivo geral desta pesquisa é compreender as implicações do trabalho flexibilizado para a educação profissional e tecnológica. Os objetivos específicos consistem em: 1) Apresentar o trabalho como mediação e protoforma do ser social; 2) Debater sobre a relação do trabalho e a reprodução do ser social como categoria necessária ao ser humano e o processo sócio histórico do desenvolvimento humano; 3) Compreender as implicações do trabalho flexibilizado na educação profissional e tecnológica; e 4) Discutir sobre a atual crise do trabalho e educação.

Esse trabalho está dividido em oito seções, sendo as seções um e dois destinadas às partes introdutória e metodológica, as seções de três a seis destinam-se a discussão das temáticas abordadas, trazendo elementos conceituais, bibliográficos de autores e do próprio pesquisador. Já as seções sete e oito apresentam o produto educacional e as considerações finais, respectivamente.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Ontológico

A ontologia, na verdade, tem a ver com a natureza do ser. A palavra é de origem grega, e sua tradução é conhecida por essência da existência. Cillers (2002) define o conceito como a maneira como um indivíduo visualiza o mundo. Grix (2002), em uma perspectiva complementar, aponta ele, o termo também pode agregar uma percepção do que é conhecido externamente, ou seja, uma visão de mundo específica do observador (pesquisador).

Esta pesquisa apoia-se no método ontológico, que parte do pressuposto de que a objetividade determina o conhecimento. Conforme Tertulian (2009):

Pode-se definir seu método ontológico, na medida em que procura mostrar a estratificação progressiva das atividades do sujeito (por exemplo: atividade utilitária, atividade hedonista e atividade estética), indicando as transições e mediações, até circunscrever a especificidade de cada uma em função do papel que desempenham na sua fenomenologia da vida social (TERTULIAN, 2009, p. 376).

A definição de ontologia como o estudo do ser, ou a natureza e organização do mundo, deixa entrever que não existe somente uma ontologia, mas, sim, diversas visões sobre o que se acredita ser isso que chamamos de realidade social (MASON, 2002). Nessa perspectiva, compreendendo o trabalho como categoria fundante do ser social, ontologicamente se buscará associar a relação do complexo da educação e da categoria trabalho. As categorias constituem a articulação da sociedade, os modos de ser, os preceitos da existência, como elucida Netto (2011, p. 46), “[...] elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias ontológicas) [...] o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias reflexivas) [...]”.

Para Marx (2002, p. 21),

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada [...].

A forma de reconhecer a realidade é uma relação profunda entre subjetividade e objetividade. A realidade objetiva, como produto da prática humana, é a subjetividade objetivada, e a subjetividade, ao mesmo tempo, é a realidade objetiva que adquire uma forma subjetiva.

Para aproximação e entendimento do objeto, o esboço acontecerá por meio dos procedimentos metodológicos do materialismo histórico-dialético. Conforme Netto (2011) afirma sobre os estudos de Marx: “[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto [...]” (NETTO, 2011, p.22). E acrescenta que: “[...] a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação [...]” (NETTO, 2011, p.25). Assim sendo, o sujeito tem papel principal no processo da investigação.

2.2 Epistemológico

A epistemologia, por sua vez, é a forma como o pesquisador define o quê e como vai conhecer sobre a realidade (MARSH e FURLONG, 2002). Assim, a forma como o pesquisador define sua forma de compreender a realidade leva a uma posição epistemológica. As escolhas feitas pelo pesquisador, em grande parte em harmonia com a postura ontológica a ser utilizada, definem o método a ser utilizado.

As investigações que se amparam no materialismo histórico-dialético procuram, de forma direta e central, compreender os objetos e os fenômenos em estudo, de forma abstrata com a realidade. Neto (2011) destaca que a dimensão epistemológica do conhecimento científico permite ao homem sistematizar um conjunto de pressupostos sobre como é possível compreender a realidade natural e social, e está contida na dimensão ontológica da mesma realidade, que permite explicar o que essa realidade realmente é em sua essência validamente existente, e constitui-se histórica e socialmente através da prática de todos os homens.

Lavoura (2017) afirma que:

À luz do materialismo histórico-dialético, o conhecimento científico se constitui na prática social humana à medida em que a própria vida social vai se desenvolvendo e se complexificando, e os homens vão adquirindo condições determinadas social e culturalmente de refletir e teorizar (com métodos cada vez mais desenvolvidos) sobre essa mesma prática social e seus objetos e fenômenos constitutivos (LAVOURA, 2017, p. 264).

Lukács (1970, p. 35) destaca que “[...] o método dialético tende a conhecer todos os setores do ser e da consciência como um processo histórico movido por contradições [...]”. Ainda de acordo com o autor:

A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do

processo, mas de um modo tal que deste conjunto de leis pode-se sempre retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações aos fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular e singular (LUKÁCS, 1970, p. 81).

Compreendendo que o trabalho e a educação são práticas sociais que vão se aperfeiçoando, se complexificando, este estudo teórico assume-se em um caminho de pesquisa do nível empírico ao nível concreto da realidade, que só pode ser superado analisando e abstraindo o pensamento do pesquisador, aprofundando na essência do objeto.

2.3 Abordagem

A abordagem dessa pesquisa será de natureza qualitativa, visto que no campo das ciências sociais, principalmente da educação, tem-se permitido um aprofundamento mais abrangente, permitindo compreender muitos fenômenos, bem como a conceituação dos mesmos.

Na pesquisa qualitativa, a realidade é múltipla e subjetiva (Ontologia), sendo que as experiências dos indivíduos e suas percepções são aspectos úteis e importantes para a pesquisa. A realidade é construída em conjunto entre pesquisador/a e pesquisado/a por meio das experiências individuais de cada sujeito (Epistemologia). Sendo assim, os pesquisadores entendem que não há neutralidade e que estão, no processo da pesquisa, influenciando e sendo influenciados pelo que está sendo pesquisado (Axiologia) (PATIAS, 2019, p. 3).

Os métodos qualitativos aplicam-se a valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Ele investiga os meandros dos fenômenos, fatos e processos; através do observável e além dele, construindo inferências e dando significado ao comportamento.

A pesquisa dessa natureza é baseada na subjetividade, nesse contexto, faz-se necessário que o pesquisador limite o seu ponto de partida e o seu ponto de encontro, conduzindo para que o processo encontre sua essência e não se perca pela aparência. É claro que o pesquisador não é neutro e que, de alguma forma, construiu “conceitos e pré-conceitos” sobre o tema abordado, principalmente quando se parte de um olhar ontológico. É necessário refletir constantemente os passos da pesquisa, sem interferir nos resultados ou nas interpretações.

2.4 Bibliográfica

Do ponto de vista dos objetivos, este estudo é uma pesquisa exploratória, com procedimentos técnicos bibliográficos, elaborado a partir de material já publicado, constituído

principalmente de livros, de artigos de periódicos e atualmente de material disponibilizado na Internet. Para Gil (2002):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas (GIL, 2002, p.44).

A pesquisa bibliográfica concede ao investigador uma visão ampla do que se pode estudar sobre o grau de precisão do problema. Designa um processo que envolve as etapas: escolha do tema, levantamento bibliográfico, formulação do problema, elaboração do plano provisório do assunto, busca das fontes, leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto e redação do texto. E, sobretudo, permite-nos aprofundar determinado problema da realidade, buscando sistematizar a partir de categorias estabelecidas. No caso da pesquisa ora apresentada, procuramos organizar os estudos em torno da categoria trabalho como fundante do ser social e as implicações do trabalho flexibilizado na educação profissional e tecnológica.

2.5 Etapas da pesquisa

As etapas da pesquisa são fundamentais para que o pesquisador possa encontrar ou identificar respostas as perguntas que foram norteadoras para a pesquisa. Essas etapas de forma isolada não consubstanciam os conceitos e as interpretações os quais este pesquisador adentrou, principalmente por se tratar de um estudo baseado no método ontológico. Diante desse contexto, a pesquisa pretende caminhar em quatro etapas:

- a) Apresentar o trabalho como mediação e protoforma do ser social: Inicialmente será conceituado ontologicamente a origem do ser social, bem como a diferenciação dos seres orgânico, inorgânico e social. Nesta etapa, buscará tecer sobre a importância do trabalho nas relações humanas e no desenvolvimento da sociabilidade;
- b) Debater sobre a relação do trabalho e a reprodução do ser social como categoria necessária ao ser humano e o processo sócio histórico do desenvolvimento humano, visto que o trabalho é a única categoria entre o homem e a natureza. Ela mesma tem a função social de produzir produtos materiais necessários à existência humana. A educação, por sua vez, é intermediária entre as pessoas, embora possa estar relacionada ao próprio trabalho de forma mais recente ou distante.

- c) Compreender as implicações do trabalho flexibilizado na educação profissional e tecnológica: fazendo uma relação do toyotismo, do trabalho flexibilizado e do capital, e sua interferência nas relações de trabalho e na educação profissional, como também sobre as perspectivas da educação profissional diante do capital globalizado; o toyotismo e a educação profissional; e concepções de trabalho e educação voltadas para a EPT.
- d) Discutir sobre a atual crise do trabalho e educação, visto que a educação está voltada para as demandas de novos modos de produção, novas relações sociais; observando que teorias, métodos, formas, conteúdos, técnicas, políticas educacionais anteriores já não preparam os indivíduos para a nova realidade

2.6 Apresentação do produto educacional

Os mestrados profissionais do Brasil, principalmente os que estão inseridos na área de ensino, têm permitido ser espaço de qualificação, debate e reflexão das práticas educativas, principalmente por seus discentes ser de maioria ligados à educação básica e superior, sendo assim uma realidade que contribui na perspectiva de inovação em relação a prática educativa. Nesse sentido, os produtos educacionais reforçam e articulam a relação de teoria e prática, bem como a reflexão de um trabalho de intervenção de cunho pedagógico, disciplinar e acadêmico.

O mestrando deve desenvolver um processo ou produto educativo e utilizá-lo em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de videoaulas, um equipamento, uma exposição etc. (BRASIL, 2016, p. 15).

O mestrado permite que os discentes ampliem possibilidades de reflexão sobre a prática e os desafios nas rotinas educativas, para estabelecer e consolidar abordagens inovadoras no âmbito profissional, direcionadas por necessidades da sociedade e respondendo à altura as demandas impostas.

Segundo Sousa e Placco (2016), produtos educacionais,

[...] têm um compromisso com um impacto mais claro, mais preciso, em relação à educação básica, respondendo à sua realidade e demandas, e que sua proposição deve estar alinhada com os resultados de uma política voltada para a melhoria da qualidade do ensino, principalmente da formação de professores, coordenadores e diretores de escola (SOUSA; PLACO, 2016, p. 24).

Considerando a importância e a necessidade do produto educacional, esta pesquisa propõe a construção de uma oficina pedagógica, a qual apresenta como título: “Trabalho Flexibilizado e a Educação Profissional”, destinado a professores, estudantes e pesquisadores que possuem afinidade ou relação com a temática. A oficina será realizada em dois módulos, seguindo uma sequência didática para que possa atingir os objetivos propostos.

Temos como perfil o princípio formativo das escolas integrais e técnicas das instituições partem diretamente da categoria trabalho, incluindo componentes curriculares que estão associadas ao trabalho e às práticas sociais.

3. TRABALHO: MEDIAÇÃO E PROTOFORMA DO SER SOCIAL

Para tratarmos da atividade trabalho como mediação e protoforma do ser social, é necessário compreendermos as relações entre as esferas ontológicas do ser: orgânico, inorgânico e social.

O ser inorgânico não possui vida, sendo apenas um movimento de convergência para transformação de outro elemento, como exemplo: a pedra, que após anos/séculos se transforma em terra, processo causado por diversos efeitos que não cabem a este estudo. O processo evolutivo do ser inorgânico, sua história, tem como característica ontológica decisiva a transformação, mediante processos físicos e químicos, em algo distinto de si mesmo, dos elementos que o conformam. Rolim (2017) destaca que se transformar em outro é a qualidade essencial dessa forma de organização da matéria.

Já a esfera orgânica consiste na reprodução do mesmo, como exemplo, entre a pedra e a goiabeira, que foi citada por Lessa (2016, p. 22), “...o tornar-se-outro da pedra é uma forma distinta de ser do repor-o-mesmo da goiabeira. A pedra não se reproduz, enquanto a goiabeira só pode existir enquanto permanente processo de reprodução de si mesma!”. Essas duas esferas são totalmente diferentes, em que uma não pode originar a outra, mas, que ambas se complementam. Essa distinção impede que uma esfera derive diretamente de outra esfera. Rolim (2017) destaca que no ser orgânico a peculiaridade de seu desenvolvimento, a essência dessa nova forma de organização da matéria, é a reprodução de seres vivos com a mesma constituição biológica. Em outras palavras, é a possibilidade da reprodução do mesmo.

Os seres orgânicos só podem se tornar inorgânicos com a morte. Este é o momento em que a vida é destruída. Por outro lado, as substâncias inorgânicas que compõem a matéria orgânica devem obedecer às leis da biologia, ou seja, estão associadas à reprodução biológica. O movimento objetivo de substâncias inorgânicas incorporadas em processos biológicos resulta em apenas se tornar um outro tipo de natureza processual inorgânica, e a natureza processual inorgânica é determinada principalmente pela substituição da reprodução biológica. Tornar-se outra substância inorgânica é apenas parte desses processos biológicos globais. Importante destacar que entre o reino inorgânico e a vida, há uma ruptura no modo de existência e há uma ruptura no corpo.

O ser social se diferencia das demais esferas pela sua consciência, capacidade de pensar, de articular ideais, de projetar e de executar algo. Essas transformações geram uma cadeia de ações e de consequências, a qual Lukács definiu de causalidade, ou seja, que as nossas ações conscientes podem e afetam outras ações. Lessa (2012, p. 117), afirma que “a causalidade é um

princípio de auto movimento que repousa sobre si mesmo, mantendo este seu caráter mesmo quando uma série causal tem seu ponto de apoio num ato de consciência”.

Nesse processo de humanização, enfatiza-se a relação entre teleologia e causalidade, visto que essa relação permite compreender a mudança da realidade por meio do trabalho, transformando a causalidade natural ou espontânea em causalidade posta. Depois de Marx, Lukács apontou que a teleologia se refere ao trabalho humano e não pode ser de nenhum tipo alheio à prática humana. Assim, a teleologia está fundamentada na realidade, anterior a todo trabalho humano. Por sua vez, a causalidade obedece ao princípio do auto movimento de si mesmo.

Nesse sentido, surge o que denominamos de liberdade humana, que é o processo de socialização ou humanização mediada pelo trabalho. Para Lukács, isso ocorre porque tal categoria não pode se desenvolver no ambiente natural – seja inorgânico ou orgânico – mas sua ontologia se origina do trabalho que fundamenta a existência social. Assim, quando a ação teleológica transforma ontologicamente algum objeto natural em algo novo, caracteriza um ato livre, pois no processo a consciência humana deixa de ser caracterizada como um mero fenômeno incidental, ou seja, um produto acidental que os humanos não podem possuir, sem nenhum controle.

O trabalho, além de modificar natureza física e abstrata, modifica o ser em sua natureza, no seu pensamento, na sua visão e compreensão de mundo, no direcionamento teleológico e nas práticas sociais. Dessa forma, o problema subjacente não se limita ao propósito idealizado da consciência, mas se estende à transformação interior da pessoa em relação a cada etapa do trabalho. Nesse processo, ocorre a remoção da barreira natural, na qual a consciência humana assume um caráter positivo.

O homem, pelo processo do trabalho, passa a dominar os seus instintos e afetos que corresponde ao único meio para alcançar a verdadeira liberdade. Do mesmo modo, a sociedade impõe ao homem diversas alternativas, pois o próprio trabalho provém das decisões que influenciam o comportamento humano e possibilitam a superação da animalidade e o surgimento da liberdade humana. Desse modo, o processo de trabalho não se limita somente à transformação da natureza objetiva, mas finda por alterar a constituição interna do homem, promovendo a sua liberdade (SOUSA, 2020, p. 125).

Esta consciência posiciona-se como a célula que constitui a emergência da vida social, à qual são atribuídos muitos mediadores, incluindo o trabalho, pelo que a relação entre natureza e sociedade deve ser desvendada, sobretudo pela causalidade interior; esta é colocada diante de um ponto de vista finalista imutável, consciente, confrontado com uma alternativa à escolha de sua determinação de valor e, assim, confrontado com uma causalidade inegável e indivisível.

Além da função de socialização pelo trabalho, o homem, ao projetar sua finalidade, estabelece uma forma dentro do campo da consciência que será objetivada. O produto desse processo se posiciona como uma estrutura mental desejada na mesma consciência, movida pelas necessidades, sustentada pelo intelecto, nervos e músculos, com as ferramentas para mediar esse processo, materializado a partir da troca entre o homem e a natureza, possibilitando a realização dessa abstração (FRANÇA JÚNIOR; LARA, 2015, p. 23).

O trabalho a ser feito pressupõe a devida reflexão, ou seja, uma efetiva consciência do que deve ser transformado, mediado por meio de alternativas diante dos meios mais adequados para atender às suas necessidades.

Diante de uma mudança em sua base natural, o trabalho só pode ser considerado como uma atividade consciente na forma de projeção consciente voltada ao atendimento de necessidades sociais, mas em termos de sua objetivação ele aparece teleológico, pois opera em uma situação causal em que não é legal falar de teleologia, essas categorias são chaves heurísticas para entender a vida social (TERTULIAN, 1995, p. 63).

Apesar da profunda transformação da relação entre sujeito e objeto sob as condições impostas pelas relações de produção social capitalista, o trabalho continua sendo mediado por inúmeros complexos ontológicos que garantem a existência da laicidade social, ao mesmo tempo em que avançam a teleologia e a causalidade, parece que, se em um domínio de legitimidade muito específico, isso confere à sociedade uma profunda e incontável cadeia social para ancorar sua existência legítima.

Nesse sentido, o ser social pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica, o que significa que não existe ser social independente do ser da natureza. O ser social é uma unidade entre os três níveis do ser: o ser inorgânico, nível elementar e extremamente complexo, que não dispõe da faculdade de reproduzir-se, mas se transforma; o ser orgânico da natureza, que se desenvolve a partir do ser inorgânico, mas distingue-se dele por ser mais desenvolvido e mais complexo; o ser social, que é o nível mais diferenciado e mais complexo do ser, ao mesmo tempo em que supõe a existência dos dois níveis anteriores. Esta concepção do ser social enquanto unidade – não identidade – entre esses três níveis de desenvolvimento do ser sugere que não existe sociedade sem natureza (BEVEDER, 2021, p. 276).

No modo natural, orgânico e inorgânico, teremos como exemplo a reprodução dos elementos ou as transformações destes. Já no mundo social, lidaremos com as relações mediadoras do cotidiano, em que, o conhecimento acumulado, seja de pelo indivíduo ou de geração para geração, promove sempre mudanças sociais. Esse processo de relações podemos destacar como sendo um conjunto de partes para assegurar sua sobrevivência, que é partida originária do trabalho, considerada por Tonet (2016, p.26) como categoria matrizadora do mundo, pois, ao produzir os bens materiais necessários à existência humana, dá origem ao mundo social. Nesse sentido, Tonet (2011) afirma que:

Da constatação de que o trabalho é o ato ontológico-primário do ser social segue-se, como consequência lógica, que este é radicalmente histórico e radicalmente social. Radicalmente histórico porque tudo o que compõe o ser social, inclusive a essência humana, é criado ao longo desse processo. Vale dizer, não há nenhuma parte que integre o ser social que seja de origem divina ou puramente natural. Radicalmente social porque tudo o que compõe o ser social é resultado da interatividade humana. Tudo é resultado da atividade social dos homens (TONET, 2011, p. 26).

Para compreensão da distinção e da articulação das três esferas ontológicas, somente é possível quando consideramos o que Lukács, depois de Marx, chamou de momento predominante, em que podemos incluir corretamente a distinção e a expressão simultâneas dos três campos ontológicos: inorgânico, orgânico e social. Nesse processo, um desses elementos deve predominar sobre o outro, a fim de que possa permitir a dinâmica da evolução. Lessa (2016) ressaltou que:

Em outras palavras as contradições, por si mesmas, resultariam em um equilíbrio dinâmico estacionário do processo, inviabilizando toda evolução. [...] a simples interação conduz a um arranjo estacionário, definitivamente estático; se queremos dar uma expressão conceitual à dinâmica viva do ser, ao seu desenvolvimento, devemos elucidar qual seria, na interação da qual se trata, o momento predominante (LESSA, 2016, p. 22).

Na análise ontológica de Lukács, "a transição de um domínio de existência para outro" (LUKÁCS, 2013) mostra claramente a função do momento dominante. A forma geral desta passagem é chamada de salto ontológico. Para Lukács,

Todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, na qual a fase inicial contém certamente em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver daquelas a partir de uma simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento repentino ou gradual, ao longo do tempo, da nova forma de ser (LUKÁCS, 2013, p. 17-8).

Já Lessa destaca que:

O salto corresponde ao momento negativo de ruptura, negação, da esfera ontológica anterior; é este momento negativo que compõe a essência do salto. Todavia, a explicitação categorial do novo ser não se esgota no salto. Requer um longo e contraditório processo de construção das novas categorias, da nova legalidade e das novas relações que caracterizam a esfera nascente. Esse longo processo, cuja positividade (afirmação do novo ser) contrasta com a negatividade do salto, é o processo de desenvolvimento do novo ser (LESSA, 2016, p.23).

A nova existência surge dos aspectos positivos e negativos do salto em comparação de ontologias. Não há vida nova sem salto. Salto semelhante ocorre no processo de vida para a sociedade. Lukács acredita que o trabalho é a chave do principal salto da vida no mundo

humano. Em outras palavras, o trabalho leva à interação social das pessoas, por meio da qual os humanos podem interagir, atender e criar suas próprias necessidades. Nesse processo, as pessoas criaram a si mesmas (modos de vida) e, assim, surgiu a existência social. Marx (2001) afirma que:

O trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza... Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2001, p. 211).

O salto ontológico se dá em dois momentos: primeiro, ele se manifesta no desenvolvimento das formas de linguagem, das formas de consciência e por meio de um trabalho que coloca o homem na direção da própria existência humana, mediando por meio das dimensões do gênero individual o deslocamento entre o específico e o universal.

Sociedades mais complexas exigem indivíduos mais complexos, indivíduos mais complexos exigem sociedades mais complexas (TONET, 2011). Nesse ambiente, quanto mais complexo tornou-se o ser humano, mais distante ele se distanciou da natureza, de sua dependência, passando a tornar um ser social, pautável na sociabilidade, surgindo então os complexos sociais, como o direito, a educação, a economia e entre outros. Esse afastamento também é sentido nas próprias relações, que sai da relação comunitária e entra o singular, individual, sustentado pelo que os teóricos chamam de privado. Nesse sentido, quanto mais conhecimento as pessoas adquirem através do trabalho, mais liberdade elas têm no movimento da matéria, ou seja:

Quanto mais se sabe sobre as cadeias causais em ação em cada caso, mais completamente elas podem ser transformadas em cadeias causais putativas, e maior é o campo de exercício do sujeito sobre elas, ou seja, a liberdade que ele pode adquirir aqui. (LUKÁCS, 2013, p. 140).

Nessa relação, está clara a divisão do trabalho e o início das suas especializações, pois são esses conflitos que diferenciam o ser social do ser orgânico, que, conforme Tonet (2013), é composto por dois momentos, de igual estatuto ontológico: o momento da singularidade e o momento da universalidade, o indivíduo e o gênero. E esses dois momentos se constituem mutuamente. Tonet (2013) deixa claro esse processo de transformação, onde afirma que:

A transformação do ser humano singular em indivíduo levou milhares de anos. Ele implica a apropriação, por parte do indivíduo, das objetivações que foram se tornando patrimônio do gênero humano, tornando-as suas de maneira específica. Este processo de individuação, porém, não foi linear. Implicou profundas transformações e rupturas. Grosso modo, poderíamos dizer que ele teve dois grandes momentos. O primeiro, que

vai desde os primórdios da humanidade até o final do período medieval. Durante esse período, na relação entre ser humano singular e comunidade, a predominância era da comunidade. De um início inteiramente gregário, os homens foram passando a um estado onde as relações entre estas duas dimensões se tornaram cada vez mais flexíveis e diferenciadas (TONET, 2013, p. 32)

A transição de um nível de existência para outro é um processo lento. Em suma, representa uma mudança qualitativa nos aspectos estruturais da existência. Neste momento importante entre a natureza e o mundo, a vida humana natural é estabelecida no trabalho. Para Lukács, a categoria trabalho é a principal forma de ação humana. Isso não significa que todo comportamento humano é trabalho, mas sem trabalho não haveria atividades sociais humanas de alguma forma.

O trabalho corresponde às origens ontológicas do homem, em que os pressupostos teleológicos pretendem transformar a realidade, destacando a relação entre teleologia e causalidade, em que a causalidade natural se transforma por meio da teleologia. É por meio dessa relação que se dá o desenvolvimento da existência social.

Como categoria fundadora da existência social, o trabalho tem prioridade ontológica em relação a outras categorias e complexos sociais, e estes só podem ser produzidos no contexto de uma socialidade já constituída. Em seu cerne, a sociedade como um todo mostra o tempo dominante. O complexo social só pode conquistar autonomia em um ambiente cada vez mais socializado com o desenvolvimento do trabalho.

Mas essa autonomia não pode ser definida de forma absoluta. É sempre relativa, justamente por sua dependência ontológica da relação de trabalho. A autonomia estabelecida nestes complexos sociais decorre a desempenhar funções específicas e essencialmente distintas da comunicação entre o homem e a natureza, possuem características específicas que os distinguem do trabalho e os complexos.

Por mais que seja individualizado ou coletivo, o trabalho, e sua natureza, sempre será um ato social, pois há nele um processo de humanização. Marx (1989) reforçou essa ideia quando em suas obras pontuou que:

Mesmo quando eu sozinho desenvolvo uma atividade científica, etc. uma atividade que raramente posso levar a cabo em direta associação com outros, sou social, porque é enquanto homem que realizou tal atividade. Não é só o material da minha atividade – como também a própria linguagem que o pensador emprega – que me foi dado como produto social. A minha própria existência é atividade social (MARX, 1989, p. 195).

O trabalho é a categoria fundante do ser social, responsável pela sua humanização, pelo aperfeiçoamento e habilidades de domínios da natureza, pela criação dos objetos e

principalmente, pela autonomia ou domínio do homem a si mesmo. Todos os demais complexos existentes estão ligados ao trabalho, pois sem a elevação dessa categoria, não seria possível o surgimento ou manutenção de outras atividades. Lessa (2012) coloca que o trabalho é a necessidade mais predominante dos homens, exercendo decisiva razão de ser imanente a toda e qualquer organização social. Da mesma forma, todo trabalho só é eficaz quando há uma forte objetividade em mente, e a subjetividade desempenha sua função produtiva de maneira auxiliar nessa objetividade:

É claro que as qualidades do sujeito (observação, destreza, habilidade, tenacidade, etc.) influenciam decisivamente na progressão do processo de trabalho, seja ele focalizado ou extensivo. Todas as capacidades humanas mobilizadas, no entanto, são por natureza sempre orientadas para o exterior, orientadas para a dominação dos fatos e a transformação material dos objetos naturais através do trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 104).

A relação do homem com a natureza é mediada pelo trabalho, que é o fundamento ontológico da busca por uma vida plena de sentido. Essas considerações permitem perceber como o trabalho impulsiona o homem em cada ato, nas vivências e na própria existência que colaboram para o surgimento de outros complexos sociais, como a educação, a religião, a filosofia, a arte, a ética, entre outros, para atender as necessidades impostas pelo processo de sociabilização. Na próxima seção apontaremos a discussão sobre a relação do trabalho e a educação considerando a reprodução do ser social no processo sócio histórico do desenvolvimento humano.

4. EDUCAÇÃO E A REPRODUÇÃO DO SER SOCIAL

O surgimento de diferentes complexos, como a educação e a linguagem, se dá pela sociabilidade do ser social, pela necessidade de garantir e de promover o desenvolvimento e a reprodução social, estimuladas por interesses individuais e coletivos. Esse momento de avanço nos complexos é determinante para caracterizar o salto ontológico, ou seja, momento de transformação.

Destaca-se que apesar de existir diversos complexos e o surgimento de tantos outros, não se pode negar que o trabalho é a categoria fundante do ser social, e que direta ou indiretamente, os complexos acabam tendo ligações a ele. Lukács (1979) enfatizou claramente a importância do trabalho como categoria fundante do ser social, pois, para ele, em primeiro lugar, do ponto de vista genérico, o trabalho é o ponto de partida da humanização do ser humano e do aprimoramento contínuo de seus talentos e, nesse processo, as pessoas não podem deixar de dominar a si mesmas. Além disso, esse trabalho foi o único escopo desse desenvolvimento por muito tempo. Todas as outras formas de atividades humanas relacionadas a outros valores só podem se manifestar como autonomia depois que o trabalho atingiu um nível relativamente alto.

O complexo da educação é baseado no trabalho, pois existe entre eles a relação entre identidade, identidade e não identidade. O fato de o trabalho ter se tornado modelo para todas as práticas sociais, inclusive a educação, confirma essa identidade. Portanto, como o trabalho, a educação se caracteriza pela objetivação da posição teleológica e do movimento de causalidade, sendo realizada por meio da relação de ambas.

De acordo com isso, a forma original do trabalho sofreu uma mudança substancial quando o ponto de vista teleológico não é mais usado exclusivamente para transformar objetos naturais e usar processos naturais, mas para induzir outros a assumir certas posições. Nesse sentido, a não identidade se reflete no fato de que a teleologia principal foi posta em funcionamento, realizando a troca entre o homem e a natureza, e pretendendo transformar objetos naturais em valores de uso, e na educação, a teleologia secundária visa influenciar os outros indivíduos que ocupam certas posições. É essa diferença essencial que está na base do conceito educacional de Lukács. Na perspectiva da ontologia, a educação não é trabalho, é *práxis*, a educação é eficaz e sua função a conecta com a reprodução social.

Para compreendermos essa afirmação, é necessário entendermos que a sociedade é composta por dois polos distintos, sendo o polo da singularidade e o polo da universalidade. Outro fator importante é que o indivíduo não nasce indivíduo, mas se constitui indivíduo por

meio das relações sociais, culturais e econômicas impostas a ele. O polo da universalidade se constitui ao efeito geral, genérico da formação humana e da sociedade, o que chamamos de polo universal. Já o polo singular se refere à formação do ser social, do indivíduo, que são capturas do patrimônio universal, tornando-o indivíduo humano.

Ao contrário dos animais, nós, humanos, não nascemos com a determinação de nos envolver nas atividades necessárias à nossa sobrevivência. Precisamos aprender o que vamos fazer. É exatamente porque trabalho implica teleologia, ou seja, a existência de atividades intencionais anteriores e alternativas não é biologicamente predeterminada. Precisa-se assumir o trabalho conscientemente. Portanto, é necessária a educação, ou seja, o processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores, etc., que capacite os indivíduos a participarem conscientemente da vida social.

Sobre a aquisição desses conhecimentos, habilidades e outras funções, Tonet *apud* Lukács (2011) enfatiza que:

Toda sociedade demanda dos seus próprios membros uma dada massa de conhecimentos, habilidades, modos de comportamento, etc.; contudo, duração, etc. da educação em sentido estrito são consequências das necessidades sociais surgidas (TONET, 2011, p. 87).

A educação é conservadora, pois consegue manter vivo o patrimônio da humanidade; ao mesmo tempo, permite a sociabilidade, a construção e o repasse desse conhecimento de geração a geração. O mundo tecnológico atual só foi permitido devido ao acúmulo do conhecimento, das experiências e das descobertas anteriores, que pouco ou muito, permite a evolução tecnológica cada vez mais acelerado.

Ao contrário da categoria do trabalho, como citamos anteriormente, a educação é *práxis*, pois, no trabalho, conseguimos projetar teleologicamente e executar. Já a educação é uma relação de teoria e prática, sendo que seu sentido não é determinado por ela. Tonet (2011) destaca que:

Nesses vários níveis se decide a sua forma concreta, mas não o seu sentido mais profundo. Este é definido pelas necessidades mais gerais da reprodução do ser social. Ora, como o trabalho é o fundamento ontológico do ser social, é óbvio que, em cada momento e lugar históricos, uma determinada forma de trabalho será a base de uma determinada forma de sociabilidade e, portanto, de uma certa forma concreta de educação (TONET, 2011, p.7).

Nesse sentido, vamos ter a educação as três vertentes: dependência ontológica, autonomia relativa e determinação recíproca. No que consiste à dependência ontológica, a educação está condicionada na forma como o homem se relaciona com a natureza, isso vai depender das transformações, o que delimitam o seu grau de articulação de dependência. Em

cada momento histórico, essa relação é diferente. Já na vertente da autonomia, vai depender da forma como ela se constitui, da forma como ela se organiza, se categorizando como função ou esfera. Na determinação recíproca, está na mutualidade dos complexos, sejam estes políticos, artísticos, religiosos e etc., compreendendo a sua influência na totalidade do ser e da sociedade.

O trabalho é a categoria fundante do ser social, mas não podemos desvalorizar ou superestimar a educação, pois é necessário compreender e entender a educação com *práxis* e não trabalho. Ela tem o poder de promover habilidades, conhecimento, comportamentos etc., mas somente o trabalho é que impulsiona as transformações da sociedade, promovendo a sociabilidade, e esta é a diferença entre educação e trabalho. É o trabalho o ponto central, e sua manifestação dependerá de cada momento histórico e social.

Ao contextualizar a educação, podemos compreender que essa relação vem desde homens primitivos, mas sofreu grandes interferências de acordo com as relações de trabalho, passando do modo de vida em comunidade para o modo de vida privado. Porém, por muitos séculos se manteve o regime de escravismo ao feudalismo, com as relações mantidas entre escravos e servos. Tonet (2013) reforça que o acúmulo de conhecimento sobre a natureza e a sociedade era precário, o que favorecia essa relação de imutabilidade e naturalidade.

Após o feudalismo, surgiu o sistema capitalista, o que fez convergirem muitas ideias no processo de transição, pois essa mudança não ocorreu de forma brusca, mas, sim, de forma transitória, com as explorações coloniais, com o surgimento do comércio e com a organização do mesmo. Não é objeto de estudo desta dissertação compreender os sistemas capitalistas e feudais, mas, fazer a leitura de como a educação se passou nesses sistemas, e como ela foi direcionada pelo trabalho e suas relações.

No sistema escravista e feudal, o conhecimento não era necessário aos escravos e servos, pois estes tinham a missão de fazer trabalhos grosseiros, repetitivos ou básicos, porém um pequeno grupo de intelectuais detinha acesso ao conhecimento/educação. Diferentemente no modo privado capitalista, onde o trabalho se torna especializado e específico, necessitando de que as classes sociais, chamadas por este autor de populares, também sejam qualificadas. É nesse ambiente que se faz chegar nessas classes a educação, o conhecimento, porém de forma técnica, somente para atender o sistema capitalista. Tonet (2011) reforça que:

A sociedade deixou de ser uma comunidade, no sentido forte do termo, para converter-se em uma realidade social cindida, no seu interior, em grupos sociais antagônicos. A divisão social do trabalho separou os homens entre aqueles que produzem riqueza e aqueles que dela se apropriam privadamente. Daí, também, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual e o privilégio do segundo em relação ao primeiro (TONET, 2011, p. 103).

Nesse momento em que o homem começa a ser explorado pelo homem, com o surgimento das classes sociais e com a clara divisão do burguês e do proletário, a reorganização do trabalho e o domínio da vida humana transformaram radicalmente a vida e, claro, a educação passou a ser direcionada pelos burgueses. O trabalho é a origem do ser social, mas a manutenção do poder se dá pela educação. A burguesia atua para não abalar as estruturas sociais, pois é necessário garantir a produção e o lucro, e isso se dá pelo trabalho. Para este grupo, não é viável que a sociedade compreenda que ela é detentora da produção, que existe uma margem de lucro excessivo para a burguesia, o que continua distanciando ainda mais essas classes.

Por fim, nota-se a relação do trabalho e educação, e o quanto uma depende ou não da outra. O trabalho é a categoria fundante da sociedade, e ele sempre direciona a educação de acordo com as transformações e necessidades sociais. Na seção posterior, pretendemos aprofundar a relação do trabalho e educação, principalmente sobre o trabalho flebilizado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

5. AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO FLEXIBILIZADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O processo formativo, a educação e a escola são frutos das relações de trabalho, ancoradas nas relações sociais, sendo este local institucionalizado para aprendizagem. Inicialmente, escola era somente um luxo, atendendo as classes dominantes e a burguesia. Com o avanço do sistema capitalista, e a necessidade de capacitar a classe trabalhadora para atender a sofisticação desse sistema, ampliou-se o acesso a vagas, ainda que o proletariado tenha o controle do sistema educacional. Moura (2015) aponta que por esse caminho a escola deixou de ser luxo e passou a ser essencial.

Em decorrência, a divisão social e técnica do trabalho constitui-se estratégia fundamental do modo de produção capitalista, fazendo com que seu metabolismo requeira um sistema educacional classista e que, assim, separe trabalho intelectual e trabalho manual, trabalho simples e trabalho complexo, cultura geral e cultura técnica, ou seja, uma escola que forma seres humanos unilaterais, mutilados, tanto das classes dirigentes como das subalternizadas. É claro que isso não ocorre de forma mecânica, mas em uma relação dialética em razão das forças que estão em disputa e que, em alguma medida, freiam parte da ganância do capital (MOURA, 2015, p. 1059).

Ao pensar no modelo de escola para atender a classe trabalhadora, bem como os interesses da burguesia e do capital, surge a Educação Profissional e Tecnológica - EPT, baseada na formação humana integral, específica e qualificada. Dornelles (2021) conceituou que a EPT foi pensada exclusivamente para atender a classe trabalhadora que posteriormente iria para o mercado de trabalho, diferente do ensino ofertado aos que tinham maior poder aquisitivo, que eram direcionados para as universidades.

[...] A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contra ordem dos bons costumes. [...]

[...]Essa lógica assistencialista com que surge a educação profissional é perfeitamente coerente com uma sociedade escravocrata originada de forma dependente da coroa portuguesa, que passou pelo domínio holandês e recebeu a influência de povos franceses, italianos, poloneses, africanos e indígenas, resultando em uma ampla diversidade cultural e de condições de vida ao longo da história - uma marca concreta nas condições sociais dos descendentes de cada um destes segmentos. [...] (MOURA, 2007, p. 6).

Não é objeto de estudo dessa dissertação fazer um resgate histórico da EPT no Brasil, mas sucintamente é necessário deixar claro que a educação profissional sempre se adequou conforme a sua época, a sua realidade e a sua necessidade. Podemos destacar o surgimento das

Escolas Agrícolas no período em que a população e a economia estavam voltadas para o campo, bem como de cursos industriais e tecnológicos, com a industrialização do Brasil.

Porém, para Frigotto, Ciavata e Ramos (2005) e Moura (2006), o projeto societário e educativo do capital não se apresenta como horizonte para uma formação capaz de promover qualificações amplas e duradouras entre os trabalhadores. Pelo contrário: o ideário consiste em continuar perpetuando a divisão social e técnica do trabalho, essencial para a própria sobrevivência do capital, capaz de garantir mão de obra sempre disponível para os desígnios do capitalismo.

A modernização da administração e da produção no Brasil está relacionada à educação, e os trabalhadores devem ter uma base de conhecimento mais forte para se adaptar às novas necessidades de produção da base toyotista. Isto significa que a formação dos trabalhadores necessita se adaptar aos novos conceitos difundidos durante a reorganização produtiva: flexibilidade, versatilidade, competitividade, competências, etc.

Nesse sentido, como citado em parágrafos anteriores, o ensino profissional passou por diversas mudanças para atender ao sistema capitalista. Na década de 1990, as relações sociais, o capital humano, sofriam grandes mudanças pautadas pelo avanço tecnológico e pelas relações de trabalho, fazendo com que houvesse uma visão econômica mais forte da educação, pautando a formação da classe trabalhadora para nova realidade do sistema produtivo, que era baseado na organização toyotista. Borges (2019) reforçou que:

A promulgação em 1994, da Lei 8948 que transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação (CEFFETs) veio nesse contexto. O objetivo era instituir um sistema nacional de educação tecnológica que fosse referência na formação técnico profissional do país, dentro das exigências dos moldes do toyotismo. Dando continuidade à agenda de reformas educacionais, em 1996 foi aprovada a nova LDB, Lei 9394, de acordo com Ramos (2014) a nova LDB trouxe algumas conquistas como a concepção ampliada de educação para além dos muros da escola e a ampliação da educação básica com a inclusão do ensino médio. De fato, o artigo 1º da LDB/1996 traz uma concepção de educação que vai além da escolar. A educação é definida como todos os processos formativos desenvolvidos na vida familiar, convivência humana, trabalho, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e organizações da sociedade civil e manifestações culturais. O inciso segundo desse artigo associa a educação escolar ao mundo do trabalho e a prática social. É interessante ressaltar aqui que LDB utiliza o termo “mundo” e não “mercado” (BORGES, 2019, p. 9, grifos do autor).

A Lei 9394/96 que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação (LDB) trouxe avanços educacionais ao incluir o Ensino Médio dentro da educação básica, bem como a mudança da concepção de educação, trazendo referências socioculturais, humanas, econômicas e políticas. Outro ponto interessante foi a abrangência ou ressignificação do conceito mercado para “mundo do trabalho”. Esse conceito amplia a dimensão do mercado, que vai além da

organização trabalhista ou do vínculo empregatício, porém na prática funciona como ponto para precarização do currículo escolar, visando atender ao capital.

Para a modernização do Estado e das instituições públicas, as reformas realizadas visavam se apropriar de estratégias dos setores privados, para as necessidades do modo de produção capitalista, que fundamentado no Toyotismo, utilizava cada vez mais uma nova base tecnológica para a produção (FRIGOTTO, 1995).

Almeida (2020) destacou que:

O toyotismo, como nova forma de produzir riqueza material, exigiu uma nova forma de produzir conhecimentos. Nesse contexto, a educação foi chamada a produzir novos conhecimentos para atender às exigências ontológicas do toyotismo. Novos conhecimentos foram produzidos no campo da educação profissional e tecnológica como uma decorrência do toyotismo. No entanto, a educação mantém também uma relação de autonomia relativa com o trabalho. Nesse sentido, podemos dizer que foram produzidos também conhecimentos para além dos limites do toyotismo com vista à emancipação humana. Conhecimentos no campo da educação profissional e tecnológica apontavam para uma formação integral do homem (ALMEIDA, 2020, p. 4).

Como podemos observar, as mudanças estruturais na educação são direcionadas pelo trabalho, sendo atualmente o sistema capitalista em vigência. Saviani (2007) destaca que o Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa. Nessa perspectiva, é necessário produzir conhecimento e habilidades para manutenção desse sistema. É nesse sentido que a Educação Profissional ganha força na relação com o toyotismo, pois é necessário a formação da classe trabalhadora voltada na produção técnica, qualificada e flexível, pois o trabalho determina a educação, e essa se constitui como materialidade e *práxis*.

Porém, a educação flexível é o reflexo da crise existente entre a educação e o capital, e sua missão é mediar ou estabelecer a não ruptura do dualismo na educação oferecida a classe trabalhadora e a classe dominante, conforme podemos observar na próxima seção.

6. A ATUAL CRISE DO TRABALHO E EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205, aponta que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 123)

Já Tonet (2020), reforçou que:

Desenvolvimento pleno da pessoa, cidadania e qualificação para o trabalho não são categorias óbvias e unívocas. Seu sentido mais profundo não aparece à primeira vista. [...] O trabalho, em formas diversas, permanece sempre como o fundamento de qualquer forma de sociabilidade (modo de produção). Assim, o trabalho de coleta dos frutos da natureza funda o modo de produção primitivo, o trabalho escravo funda o modo de produção escravista, o trabalho servil funda o modo de produção feudal e o trabalho assalariado funda o modo de produção capitalista (TONET, 2020, p. 58).

Sociedade complexas exigem surgimento de novos complexos, levando à criação de arte, educação, ciência, direito, política, religião, filosofia e linguagem. Além disso, as pessoas criaram essas mediações como parte necessária de seu trabalho. A partir disso, podemos observar que manter o mundo natural não é mais seu objetivo principal, pois esses complexos promovem mudanças no mundo e no ser dentro da esfera social, sob às suas influências e processos mútuos, na busca do desenvolvimento pleno da pessoa e da cidadania. Ou seja, é o trabalho quem determina “o desenvolvimento humano” do ser social, mediado pelos complexos.

A partir desta definição, podemos nos debruçar sobre as relações entre o trabalho e a educação, trazendo em sua essência, a crise entre ambas direcionadas pelo sistema capitalista.

Historicamente, a educação nunca foi igualitária ou com equidade para os povos e as sociedades de classe. O Estado age na forma de mediar ou de conciliar esse conflito de interesse, favorecendo principalmente a burguesia ou a classe dominante. A educação é um dos principais processos que a sociedade utiliza para se reproduzir. Não é imune ao condicionamento econômico; em vez disso, está subordinada ao condicionamento econômico no limite extremo. A economia é responsável pela existência humana e se apresenta como o momento primordial da reprodução social. Consequentemente, as pessoas são forçadas a desempenhar papéis específicos na sociedade determinados por sua classe.

A educação surge justamente da necessidade do próprio trabalho e se transforma à medida que o processo de produção se torna mais complexo. A educação, em seu sentido mais amplo, tem suas origens em tempos muito distantes; está implantada em todas as esferas da vida

social, e sua principal função é mediar o processo de humanização do indivíduo junto a outros complexos sociais; adquirir um personagem em uma sociedade de classes.

Santos (2018) aponta que:

Essa educação específica, ou seja, a educação institucionalizada, que entra em cena com a posse da propriedade privada, com a divisão da sociedade em classes, o acúmulo do excedente e o ócio de grupos privilegiados, ganha nova conotação com o advento da sociedade burguesa. Nesta sociedade, cujo fundamento está no trabalho assalariado, a educação passa a ser legitimada pelo Estado e responde mais diretamente às necessidades de reprodução do capital. Ou seja, tem por finalidade garantir certo nível de especialização necessário para atender às demandas do sistema produtivo (SANTOS, 2018, p. 112).

A educação formal é regulada pelo Estado, que é responsável pela gestão dos interesses do capital. Seu objetivo é servir aos interesses das classes dominantes – também conhecidas como as classes sociais mais altas e mais ricas. Apesar dos esforços contínuos dos trabalhadores para democratizar a educação, ela continua se adaptando às necessidades dos sistemas produtivos. Isso muda constantemente os requisitos para a educação em termos de quantidade, qualidade, abrangência, conteúdo, métodos e até mesmo ensinamentos obrigatórios – todos comumente vinculados às demandas do mercado.

A burguesia – a classe alta – vive uma contradição. Por um lado, entendem à necessidade de formar trabalhadores com conhecimento técnico para que possam cumprir seu papel no sistema produtivo. Por outro lado, eles temem que esse conhecimento os torne menos subservientes. Consequentemente, o Estado é chamado a resolver uma relação conciliadora entre classes antagônicas entre si. Isso é considerado impossível porque não se pode negar aos trabalhadores – que acabam sendo explorados pelos capitalistas – a educação mínima necessária para cumprir seu destino.

Em vez de fornecer aos filhos dos trabalhadores a educação necessária, o Estado fornece um sistema educacional dual, sendo para as crianças de famílias de elite o acesso ao conhecimento necessário para manter o controle econômico e político; já para os filhos dos trabalhadores, o acesso à educação básica que lhes permitam entrar nos processos produtivos como trabalhadores, capazes somente de produzir e de servir de forma técnica e braçal ao sistema capitalista. Conforme Santos e Amorim (2021):

O Estado, por natureza reformista, cuida com bastante atenção da educação escolar destinada aos trabalhadores e seus filhos. A intenção estatal é ajustar a formação dos trabalhadores, de forma mais adequada possível, às demandas do capital. A organização estrutural e curricular da educação em sentido restrito é determinada, em última instância, pelo modo de produção capitalista, assim como ocorreu com os modos de produção que o antecederam, embora nas formas anteriores de reprodução social a educação escolar não fosse acessível à classe trabalhadora (SANTOS; AMORIM, 2021, p. 20).

Ao confrontarmos os autores e a constituição federal sobre o que concerne à educação, identificamos, ainda que de forma subliminar, o “limite” do campo educacional. O Estado não é somente o mediador desse conflito, mas o manipulador das ações e dos programas educacionais, fazendo a todo custo transparecer uma “educação de todos”, sendo que esta esconde ou não permite que a classe trabalhadora tenha o conhecimento crítico de sua exploração, colocando em risco o sistema capitalista, e como deixa claro Santos (2018, p. 285), ao afirmar que “Não se pode ferir os limites desta determinação”.

Como foi discutido nas sessões anteriores, o trabalho é a categoria fundante do ser social e de seus complexos. Entre estes complexos, podemos destacar a educação “Que é um complexo social fundado pelo trabalho e, como os demais complexos sociais, estabelece com ele uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa” (LIMA; JIMENEZ, 2011, p.?). Ao momento que o trabalho vai avançando, se complexificando, vai se exigindo uma sociedade mais “técnica”, capaz de atender a essas necessidades do sistema. Sempre a burguesia teve o controle da educação, até mesmo quando esta não era “tão útil” no início dos tempos. É claro e evidente que o Estado busca “garantir” uma educação para todos, mas, procura omitir os atrasos educacionais, excludentes e opressor da educação fornecida para a classe trabalhadora. Uma educação bancária e não emancipatória. Para Santos (2018):

Pensar em educação de qualidade para todos pressupõe o princípio da igualdade, impossível numa sociedade de classes. Para tanto, seria necessário eliminar a miséria e restringir o consumo destrutivo das classes economicamente elevadas (SANTOS, 2018, p. 121).

O capitalismo é excludente e exploratório, e os sistemas educacionais contribuem para sustentar essa dinâmica, partindo principalmente pelas reformas educacionais. Diante de um mercado atual em crise financeira, com alta de desemprego, juros abusivos e fome, as instituições de ensino hoje pregam o “empreendedorismo”, a “cultura de paz”, o “aprender a aprender”, as capacitações técnicas e muito mais, procurando devolver para a classe trabalhadora a responsabilidade do seu sucesso ou não, e deixando de lado o verdadeiro culpado pela fome, pelo desemprego, pela precarização da educação pública: O sistema capitalista.

Tonet (2016), destaca que:

A educação é uma mediação para a reprodução social. E que, numa sociedade de classes, ela, necessariamente, contribuirá predominantemente para a reprodução dos interesses das classes dominantes. Daí a impossibilidade de estruturar a educação, no seu conjunto, de modo a estar voltada para a emancipação humana. É por isso que entendemos não ser possível “uma educação emancipadora”, mas apenas a realização de “atividades educativas emancipadoras” (TONET, 2016, p. 38).

. A educação só poderá ser emancipadora quando o trabalho associado buscar superar as classes sociais, sem atender ao capital. Nesse sentido, o trabalho e a educação estão em crise, e o Estado contribui para mascarar, jogando a falsa ideia de que podemos ascender na vida pela educação.

Tonet (2020), considera que a educação promove atividades educativas emancipadoras, porém não é a educação o pilar capaz de promover a emancipação social, ainda que ela direcione mesmo que de forma lenta, mas na direção correta essas práticas emancipatórias. É ilusório acreditar que os currículos, os processos avaliativos, os métodos ou técnicas educacionais sejam capazes de superar com as classes sociais, por um conjunto sistematizado e futuramente transformado em uma política educacional de emancipação. É o mercado que determina a educação sabendo o limite fiel da “balança”.

Nesse aspecto, a próxima seção apresentará o produto educacional oficina pedagógica “O trabalho flexibilizado e a Educação Profissional e Tecnológica”, sendo esta considerada uma atividade educativa emancipadora, buscando ainda que minimamente promover a reflexão de atores sociais sobre a educação dentro da sociabilidade capitalista, considerando o trabalho flexibilizado e a educação profissional.

7. PRODUTO EDUCACIONAL – OFICINAS PEDAGÓGICAS “O TRABALHO FLEXIBILIZADO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 2003).

A compreensão de Freire (2003) do conhecimento como um processo de busca e construção nos leva a pensar a formação docente em termos de continuidade e a valorizar a experiência que eles adquirem na prática.

Esta percepção pode ser identificada também no pensamento de Tardif (2014, p. 267), quando considera que “a fonte de formação profissional dos professores não se limita à formação inicial na universidade, é uma formação verdadeiramente contínua que abrange toda a carreira docente”.

Desta maneira a formação do professor vai além de sua formação inicial no âmbito de um curso de graduação. Para Tardif (2014), essa formação muitas vezes está muito distante da realidade da sala de aula e, devido à complexidade e diversidade da profissão docente, não fornece respostas prontas para a variedade de perguntas enfrentadas em sala de aula todos os dias.

Na visão de Tardif (2014), aos professores é atribuída uma posição erudita devido ao conhecimento que adquirem através das vivências cotidianas. Isso porque eles são os únicos capazes de explicar cada ideia graças à sua sabedoria acumulada. Consequentemente, isso requer compartilhar essas ideias com outros professores para que eles possam entendê-las em primeira mão.

O produto educacional tem como proposta o desenvolvimento de oficinas pedagógicas em formato modular, com o objetivo de sensibilizar e/ou contribuir, com professores, técnicos educacionais, estudantes e sociedade em geral, sobre as relações do trabalho flexibilizado e a educação profissional. Nesse sentido, as oficinas serão intituladas “Oficinas Pedagógicas: O trabalho flexibilizado e a educação profissional”, com a finalidade de ser um espaço de reflexão, discussão e de criação de alternativas para o trabalho docente, bem como de proporcionar aos professores um espaço de trocas de experiências.

A construção de produtos educacionais são características dos Mestrados Profissionais no Brasil, principalmente os que são ligados à área de ensino, em destaque para a formação de professores. O produto educacional torna-se uma espécie de “laboratório vivo”, haja vista que a teoria e a prática são associadas, voltadas diretamente para a realidade do mestrando e cujo

objetivo principal é de retornar para a sociedade ideias de fomento e de transformações que visam melhorar a qualidade do ensino, da ação pedagógica ou profissional. O produto construído é, então, utilizado em um local real de ensino e aprendizagem, avaliado e disponibilizado em repositórios digitais para a livre utilização por outros(as) professores(as) ou profissionais.

No Mestrado Profissional, distintamente do Mestrado Acadêmico, o mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (BRASIL, 2019, p. 15).

Visando a construção do produto educacional, as oficinas sobre o “Trabalho Flexibilizado e a Educação Profissional” vêm ao encontro da pesquisa acadêmica realizada por este pesquisador, bem como da necessidade de reflexão diante das relações entre o trabalho e capital, que direcionam o percurso formativo das instituições de ensino, principalmente as tecnológicas que visam atender o mercado capitalista.

As oficinas pedagógicas serão desenvolvidas em dois módulos:

1. O ser social e o trabalho como princípio das mediações sociais (4h);
2. Trabalho flexibilizado, Educação e Educação Profissional Tecnológica (4h);

O primeiro módulo tem como elementos essenciais à discussão da origem do ser social, discutindo sobre as esferas ontológicas, o salto ontológico e a importância do trabalho nesse processo, discutindo a categoria trabalho na perspectiva ontológica do ser social, para compreender como ocorre o desenvolvimento dessa atividade humana ao longo da história e como contribui para a formação dos indivíduos que convivem em sociedade. Os referenciais teóricos para este módulo estarão embasados nos artigos e nos capítulos de livros:

- a) As relações entre o trabalho e a linguagem (JUCÁ; ALMEIDA; SILVA, 2021);
- b) Para compreender a ontologia de Lukács (LESSA, 2015);
- c) Trabalho e aprendizagem: O direito às mediações (ALMEIDA; ALMEIDA, 2021).

Já o segundo módulo busca apresentar, discutir e debater sobre o trabalho flexibilizado, permeando pela educação e sua relação com a educação profissional e tecnológica. Fazendo uma relação do toyotismo, trabalho flexibilizado e capital, e sua interferência nas relações de trabalho e na educação profissional, tecendo sobre as perspectivas da educação profissional diante do capital globalizado; o toyotismo e a educação profissional; e concepções de trabalho

e educação voltadas para a EPT. Os referenciais para este módulo estão nos artigos e capítulos de livros:

- a) A relação do trabalho e educação: transição no trabalho e na formação humana no contexto do toyotismo (LIMA *et al.* 2021);
- b) Toyotismo e o trabalho flexibilizado (SILVA; JUCÁ; ALMEIDA, 2021);
- c) Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível (KUENZER, 2017).

Nas palavras de Cuberes (1989 *apud* VIEIRA; VOLQUIND, 2002, p.11), oficina pedagógica é: “[...] um tempo e um espaço para aprendizagem; um processo ativo de transformação recíproca entre sujeito e objeto; um caminho com alternativas, com equilíbrios que nos aproximam progressivamente do objeto a conhecer”. Ao se constituir como oficina pedagógica, este produto não pode ser definido como algo pronto e acabado, mas em processo constante de aperfeiçoamento, que deve atender a realidade local. Não é algo imposto ou constituído da Universidade para a Escola, mas com a Escola, organizada de acordo com o seu cotidiano.

Couto e Rodrigues (2019) destacam que:

As oficinas pedagógicas aparecem como instrumento de grande valia para o aprimoramento didático, pois levam a uma situação de aprendizagem favorecida pelo dinamismo e pela construção coletiva do conhecimento. Elas permitem que se abra um espaço para a inovação e, também, para a comparação entre experiências diversas. As oficinas são constituídas dentro do ambiente escolar podendo se utilizar, por exemplo, do tempo e do espaço destinado às “Reuniões Pedagógicas” (COUTO; RODRIGUES, 2019, p.123).

Sobre as oficinas pedagógicas, Paviani e Fontana (2009) apontam que, ao participar desses exercícios, os professores podem examinar as teorias e as aplicações práticas que moldam sua prática docente. Além disso, eles podem experimentar o pensamento crítico, a resolução criativa de problemas e a atuação. Este ciclo de sentir, de pensar e de agir permite uma reflexão ativa sobre experiências passadas e formação de planos futuros.

Candau (2011) considera que as oficinas oferecem aos participantes a oportunidade de analisar a realidade por meio de atividades criativas e de processos de sensibilização e reflexão. Isso ajuda os participantes a criarem novas teorias na prática, mesclando teoria com ação. Ao se comprometer com a intervenção, os participantes aumentam sua capacidade de entender o mundo e melhorar suas teorias. Os participantes também incorporam recursos criativos em seu processo, desenvolvendo um compromisso com a intervenção. Isso desenvolve ainda mais a compreensão do mundo dos participantes, bem como a teoria na prática.

As oficinas pedagógicas serão realizadas em formato de módulos, estruturadas por meio de sequências didáticas para que possam garantir a qualidade das discussões, ordens dos conteúdos/temas e o aperfeiçoamento dos temas. Para Ugalde e Roweder (2020):

É possível organizar temas e conteúdos simples e fundamentais em uma sequência didática bem estruturada antes de abordar temas mais complexos, priorizando a sucessão lógica dos conteúdos que facilitam o entendimento do aluno, uma vez que o aprendizado segue uma sequência total das atividades que ocorrem de maneira progressiva, contribuindo para uma maior compreensão dos temas pelos educandos. Uma sequência didática bem estruturada pode favorecer um encadeamento de grandes temas correlatos, evidenciando a ligação que existe entre as grandes áreas de uma disciplina ou até mesmo, em um horizonte mais amplo, envolvendo diferentes áreas do conhecimento (UGALDE; ROWEDER, 2020, p. 3).

A criação de uma sequência didática requer a conformidade com um esquema específico. Para isso, é necessário considerar certas fases do processo, incluindo a escolha de um assunto, o questionamento dos alunos sobre o assunto e a organização de seu conteúdo. Os mediadores também precisam considerar suas atividades planejadas e seus objetivos gerais ao criar uma sequência educacional. Devem também estar atentos aos materiais utilizados nas oficinas, ao número de participantes em cada grupo e à forma como cada atividade é avaliada.

Nesse contexto, o percurso formativo dos módulos das oficinas “O Trabalho flexibilizado e a educação profissional” segue:

OFICINA: O TRABALHO FLEXIBILIZADO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Módulo I: O ser social e o trabalho como princípio das mediações sociais (4h);

Carga Horária: 04 h

Objetivo: Compreender a formação do ser social, ancorada no trabalho como princípio educativo do ser e das relações sociais.

Público-alvo: Professores, técnicos educacionais, estudantes e outros;

Quantidade de participantes sugerido: 20

Recursos necessários: vídeo, caixa de som, data show, computador, cabos, pincel, papel e quadro branco ou painel de integração;

Orientações: Ao serem divulgadas as oficinas, é necessário que sejam realizadas inscrições prévias dos participantes, para que estes recebam os textos indispensáveis que serão utilizados durante as atividades ou momentos de reflexão e debate. Os materiais ou instrumentos a serem utilizados peloicineiro devem ser separados com antecedência, assim como o local deve ser preferencialmente ambientado e organizado em forma de círculo, facilitando a interação e a harmonia dos participantes.

Textos de apoio:

1. As relações entre o trabalho e a linguagem (JUCÁ, E. G.; ALMEIDA, E. R.; SILVA, R. J. N. da., 2021);
2. Para compreender a ontologia de Lukács – Capítulos I, II, IV e V – LESSA (2015);
3. Trabalho e aprendizagem: o direito as mediações (ALMEIDA; ALMEIDA, 2021);

Metodologia:**1º Passo: Acolhimento** – 20 minutos:

Este momento deve ser destinado para a apresentação doicineiro, dando boas-vindas aos participantes, apresentando os objetivos e o percurso metodológico da oficina. Como sugestão, poderá ser realizada durante a abertura uma “mística”¹ em forma de leitura ou canto da música “Cidadão” de Zé Ramalho. A música retrata de forma bem contextualizada as desigualdades sociais, educacionais e econômicas entre a classe operária e a classe dominante ou detentora do poder.

“Cidadão – Zé Ramalho”

*Tá vendo aquele edifício, moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Era quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar*

*Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz, desconfiado
Tu tá aí admirado
Ou tá querendo roubar?*

*Meu domingo tá perdido
Vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar o meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio
Que eu ajudei a fazer*

*Tá vendo aquele colégio, moço?
Eu também trabalhei lá
Lá eu quase me arrebento*

¹A mística deve ser entendida como sendo o conjunto de motivações que sentimos no dia a dia, no trabalho organizativo, que impulsiona nossa luta para a frente. Ela é responsável por reduzir a distância entre o presente e o futuro, fazendo-nos viver antecipadamente os objetivos que definimos e queremos alcançar (MST - A Questão da Mística no MST. São Paulo, abril de 1991, p. 4).

*Fiz a massa, pus cimento
Ajudei a rebocar*

*Minha filha inocente
Vem pra mim toda contente
Pai, vou me matricular
Mas me diz um cidadão
Criança de pé no chão
Aqui não pode estudar*

*Essa dor doeu mais forte
Por que é que eu deixei o Norte?
Eu me pus a me dizer
Lá a seca castigava
Mas o pouco que eu plantava
Tinha direito a comer*

*Tá vendo aquela igreja, moço?
Onde o padre diz amém
Pus o sino e o badalo
Enchi minha mão de calo
Lá eu trabalhei também*

*Lá foi que valeu a pena
Tem quermesse, tem novena
E o padre me deixa entrar
Foi lá que Cristo me disse*

*Rapaz deixe de tolice
Não se deixe amedrontar
Fui eu quem criou a terra
Enchi o rio, fiz a serra
Não deixei nada faltar*

*Hoje o homem criou asa
E na maioria das casas
Eu também não posso entrar
Fui eu quem criou a terra
Enchi o rio, fiz a serra
Não deixei nada faltar
Hoje o homem criou asas
E na maioria das casas
Eu também não posso entrar*

2º Passo: Apresentação dos participantes – 60 minutos:

O segundo momento deve ser destinado para apresentação dos participantes. Para promover um ambiente harmonioso, é de suma importância a participação de todos e todas,

expondo os motivos pela qual decidiu participar da oficina. Como proposta, poderá ser utilizada a dinâmica “*Quem sou eu*”, seguindo o seguinte roteiro:

Entregar uma folha de papel ofício e lápis de cor aos participantes, realizando as seguintes perguntas:

- a) A vida merece ser vivida?
- b) Somente a vivem os que lutam, os que querem ser alguém na vida?
- c) Como atuo para chegar no que quero?

Partindo dessa reflexão individual, os participantes deverão desenhar o seu rosto na folha que foi entregue. Para estimular a fluência dos pensamentos, poderá ser colocada uma música ambiente. Em seguida, é aberta a apresentação grupal, em que cada participante deverá apresentar o desenho e expor de forma dinâmica as perguntas iniciais. Após a apresentação, as fotos devem ser anexadas em um mural, para que de forma simbólica fique demonstrada a diversidade e essência individual de cada ser humano. Os materiais necessários para a dinâmica são: Papel ofício, lápis colorido, papel madeira, caixa de som, fita gomada ou cola.

3º Passo: Vídeo: “Entenda o homem como ser social” – FuturaTec:
(<https://www.youtube.com/watch?v=5E1mIOM1hno>) – 20 minutos:

Nesse momento, será apresentado o vídeo produzido pelo programa FuturaTec que tem como título “Entenda o homem como ser social”. Será fundamental para iniciar o debate e a reflexão do ser social e a mediação pelo trabalho, visto que os participantes já estão afinados ao tema, pois estudaram com antecedência o material entregue.

4º Passo: Roda de Conversa – 90 minutos:

Permite aprimorar a discussão, o debate e a reflexão entre os cursistas, fomentada pela exibição do vídeo e dos materiais recebidos anteriormente no ato da inscrição. As vivências e realidades do ambiente profissional também poderão ser refletidas, haja visto que a educação é um dos complexos que surgiram para mediar as relações sociais.

Conforme Nascimento e Baduy (2021):

A roda de conversa é um espaço de troca de experiências que tem a potencialidade de mudar nossas práticas, auxiliar na formação de novas concepções a respeito do tema que está em debate, como também explicitar a diversidade de concepções presentes em um grupo e a aprendizagem de outras questões que, naquele momento, tenham sentido para os participantes. Nessa perspectiva, é uma forma de viver o prazer da troca e de produzir conhecimentos e aprendizados. (NASCIMENTO; BADUY, 2021, p. 162).

Observação: Para manter o debate e a discussão dentro dos objetivos propostos, é importante lançar questões norteadoras. É necessário destacar que os participantes receberam textos diferentes para o estudo, o que deve diversificar o debate.

1. O que consideramos ser social?
2. Como se deu o processo de socialização e de evolução do ser social?
3. Qual categoria podemos considerar fundante do ser social? E quais complexos estão relacionados?

O oficinairo pode criar outras questões ou acrescentá-las durante o momento de discussão, mediando o tempo e promovendo a participação dos cursistas no debate.

5° Passo: Construção do mapa mental coletivo – 40 minutos

Com papel madeira, cartolina ou de forma digital em Power point, estimular no grupo a construção de um mapa mental coletivo, partindo dos pontos discutidos e das temáticas abordadas. Esse momento permitirá aprofundar o conhecimento sobre o assunto, lembrando os temas e organizando as ideias de forma sistemática.

Rocha (2007) destaca a importância do mapa mental, visto que:

Seu autor registra, via de regra, os elementos do espaço que mais lhe dizem alguma coisa, com as quais mais se identifica, ou elementos dos quais mais faz uso no seu dia-a-dia ou, ainda aqueles elementos que mais lhe chama a atenção por serem exóticos, ou por seu valor histórico, ou porque tem uma relação de afetividade (ROCHA, 2007, p. 161).

O mapa deverá ficar exposto na próxima oficina, visando lembrar as informações essenciais adquiridas durante o processo.

6° Passo: Avaliação -20 minutos

O processo de avaliação é fundamental para compreender os pontos positivos e negativos do encontro, corrigindo as falhas e aperfeiçoando o que foi satisfatório. De forma prática e simples, os cursistas deverão responder três perguntas:

Tabela 01. Quadro de avaliação da oficina – módulo 01

Oficina: O TRABALHO FLEXIBILIZADO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Módulo I - O ser social e o trabalho como princípio das mediações sociais (4h);

Data: ____/____/____

Nome do participante: _____

Que bom? – Refere-se ao que foi satisfatório no encontro;	Que pena? – Refere-se ao que foi negativo no encontro;	Que tal? – Refere-se a propostas de melhorias para o encontro ou aperfeiçoamento do módulo;
--	---	--

Fonte: Próprio autor (2022).

6º Passo: Encerramento -10 minutos

Receber a frequência dos participantes, distribuir os textos e apresentar de forma sucinta os objetivos do próximo módulo.

OFICINA 02: O TRABALHO FLEXIBILIZADO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Módulo II: Trabalho, Educação e Educação Profissional Tecnológica (4h);

Carga Horária: 04 h

Objetivo: Debater a categoria trabalho por meio do complexo da educação, procurando compreender o seu princípio educativo, focando no campo do trabalho flexibilizado e a Educação Profissional e Tecnológica.

Público-alvo: Professores, técnicos educacionais, estudantes e outros;

Quantidade de participantes sugerido: 20

Recursos necessários: vídeo, caixa de som, data show, computador, cabos, pincel, papel e quadro branco ou painel de integração;

Orientações: Os textos deverão ser entregues na oficina anterior, conforme orientado pelo roteiro.

Textos de apoio:

1. A relação do trabalho e educação: transição no trabalho e na formação humana no contexto do toyotismo (LIMA, J. de A.; GONÇALVES, L. de A.; BATISTA, M. de C.; ALMEIDA, E. R.; BARBOSA, F. G.; ZEFERINO, B. C. G., 2021);
2. Toyotismo e o trabalho flexibilizado (SILVA, R. J. N. da; JUCÁ, E. G.; ALMEIDA, E. R., 2021);
3. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível (KUENZER, A. Z., 2017).

Metodologia:

1º Passo: Acolhimento – 20 minutos:

O momento de acolhimento dos cursistas deverá conter a apresentação dos objetivos e o percurso metodológico da oficina. É importante que o segundo módulo aconteça com a mesma sequência que a oficina anterior, visando garantir uma rotina já vivenciada pelos participantes.

Como sugestão, pode-se iniciar com uma mística utilizando poema, versos, músicas e entre outros, ficando a critério do oficinairo. Como sugestão, apresento o poema “Fome”, de autoria do poeta Cícero Santos (2011).

“Fome – Cícero Santos”

Uma criança da periferia
Na escola a estudar
Viveu sempre sem alegria
Não soube nem o que é passear

Mas numa grande agonia
Não houve quem a ajudar
Num movimento em euforia
A saúde veio a lhe faltar

Prestar socorro ninguém queria
Uma professora desesperada fora lhe levar
Ao posto médico sem harmonia
E do estômago seu coração veio a falhar

O povo tristeza sentia
Na sua casa o recado o recado vieram dar
Sua mãe recebendo com alegria
Disse: Menos um para lanchar.

2º Passo: Vídeo: “O trabalho como princípio no Ensino Médio Integrado IFNMG”

– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais. - PROFEPT:
(<https://www.youtube.com/watch?v=YIgGbzhirg>) – 15 minutos;

O vídeo a ser exibido foi construído como produto educacional do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT – Campus IFNMG, por Braga (2021), com o objetivo de apresentar o tema trabalho como princípio educativo vinculado a uma contextualização teórica, ideológica e histórica, na busca pela formação ampla dos estudantes para o mundo do trabalho e não para o mercado de trabalho.

3º Passo: Roda de Conversa – 80 minutos

Entregar aos participantes papéis ofício colorido, fazendo os seguintes questionamentos:

1. O que entendo por trabalho e trabalho flexibilizado?
2. O que entendo por trabalho flexibilizado e Educação Profissional Tecnológica (EPT)?

Cada uma das perguntas deve ser respondida em papel com cores diferentes, e posteriormente iniciar o debate, a discussão e a reflexão da temática. Ao responder as questões, procurando socializar com o grupo, as respostas devem ser anexadas em folha de papel madeira. Importante destacar que os cursistas deverão receber os textos na oficina anterior, facilitando assim a mediação.

4° Passo: Multiplicadores na prática – 60 minutos

Com o aperfeiçoamento dos temas abordados nos dois módulos, este momento visa a formação de multiplicadores dessas temáticas, em que os participantes devem planejar ou construir coletivamente atividades pedagógicas para realização de outras oficinas ou trabalhar em sala de aula.

Como sugestão, poderão ser formados grupos de 4 a 5 pessoas, bem como utilizar todos os materiais, as atividades, as sequências e outros que foram utilizados durante os dois módulos da oficina.

5° Passo: Apresentação das atividades pedagógicas - 40 minutos

As equipes devem socializar as atividades construídas/planejadas, de forma que possam aperfeiçoar ou receber novas sugestões para as atividades. Importante que os grupos sejam formados por 4 a 5 membros, o que deve resultar em, no máximo, 5 equipes.

6° Passo: Avaliação -15 minutos

O processo de avaliação é fundamental para compreender os pontos positivos e negativos do encontro, corrigindo as falhas e aperfeiçoando o que foi satisfatório. De forma prática e simples, os cursistas deverão responder três perguntas de acordo com a tabela 01, apresentado no Módulo 01 da oficina.

7° Passo: Encerramento -10 minutos

Receber a frequência dos participantes e entrega dos certificados de participação.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho é a categoria fundante do ser social, responsável pelo surgimento dos demais complexos sociais e da origem da sociabilidade humana. O complexo social do trabalho tem sua importância diferenciada de acordo com as épocas, porém, essa importância foi medida de acordo com as relações do trabalho. No período comunitário, escravista e feudalista, devido às formas de relações entre escravos e senhores, principalmente ao trabalho braçal, repetitivo e que não exigia tantas qualificações, o complexo social da educação não tinha tanta relevância. Ao surgir o sistema capitalista, esse complexo foi referenciado com maior importância, pois o surgimento das produções e dos comércios mudou a forma de vida dessas pessoas, exigindo uma sociedade com mais qualificação para atender ao sistema que se sustenta até os dias atuais.

A educação é um complexo social que tem relação íntima de dependência ontológica e de determinação recíproca com o trabalho (LIMA; JIMENEZ, 2011), pois é a partir desse complexo que a construção e o acúmulo do conhecimento permitem a criação de novos objetos, para amparar e garantir as relações sociais entre humanos e principalmente as relações de trabalho, inclusive no sistema capitalista. Apesar de que a educação seja um complexo de humanização, atualmente esse complexo não vem permitindo a formação de consciência da classe trabalhadora, que se permite a ser explorada no sistema atual, sem compreender que os bens produzidos a ela pertencem. Somente em uma sociedade sem classes sociais é capaz de haver uma educação que garanta a emancipação e a consciência humana.

A educação flexível amparadas pelo trabalho flexibilizado, busca alterar os currículos das instituições e redes de ensino, com intuito obscuro da privatização e perda de direitos dos estudantes da classe trabalhadora. É negar o acesso ao conhecimento pleno, principalmente nas questões de cultura, arte, produção e reprodução da vida humana em seu sentido mais amplo, que é a dignidade. A educação flexível atende o aprofundamento neoliberal das elites, que influencia diretamente no país, aumentando a desigualdade e acumulação de riqueza financeira e intelectual.

O trabalho e a educação estão em crise, pois sofrem pressões capitalistas para atender o capital. Essa pressão chega à sala de aula com currículos tecnicistas e não emancipadores. Não se pode negar que nos últimos anos, principalmente nos governos Temer e Bolsonaro (2015 a 2022), ocorreu fortemente precarização do trabalho, que reconfigura todos os complexos sociais, principalmente a educação. É missão desses governos diminuir a qualidade da educação pública, os cortes nas universidades, fechamento de creches e retenção da merenda escolar. Essas ações comprovam o quanto a educação está a serviço do capital. Nesse caso, é muito

mais fácil manter o consenso do que alcançar a emancipação, pois não é essa a intenção da sociedade capitalista. Uma educação emancipadora não poderá ocorrer nas amarras da sociedade capitalista. No limite, o que podemos realizar, enquanto educadores, são as educativas emancipadoras propostas por Tonet (2020), como bem apontamos no produto educacional aqui exposto. Por fim, a emancipação humana só ocorrerá quando o trabalho associado promover o fim das classes sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. R.; ALMEIDA, I. F. Trabalho e aprendizagem: o direito às mediações. *Ciência em Movimento. Educação e Direitos Humanos*, v. 23, n. 46, 2021/1. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasipa/index.php/EDH/article/viewFile/1144/922>. Acesso em: 15 de set. de 2022.
- ALMEIDA, E. R.; SILVA, S. A. da; MOREIRA, E. E. P.; SOUZA, A. M. da C.; ROCHA, P. C. da S. Produção do conhecimento no campo da educação profissional e tecnológica no contexto do Toyotismo. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e180993332, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.3332. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3332>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- BEVEDER, M. B. Cotidiano e ontologia do ser social no pensamento de Lukács: reflexões introdutórias. *R. Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v.31, n.2, p. 270-291, jul-dez/2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/download/35205/25087>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- BORGE, K. P.; LIMA, R. F. C. **Trabalho e Educação na perspectiva das políticas para educação profissional e tecnológica no Brasil**. In: 5º Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais: Democracia e Direitos Humanos – Crises e Conquistas, 2019.
- BRAGA, O. E. G. O trabalho como princípio educativo e vídeo animação em *motion graphics* no ensino médio integrado. Osório Esdras Guimarães Braga; orientador, Admilson Eustáquio Prates, 2021. 119 p. Dissertação (mestrado profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Campus Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Montes Claros, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de área 2013 - Ensino**. Brasília, DF: CAPES, 2013. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ensino_do_c_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf Acesso em: 23 out. 2022.
- BRASIL, Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES. **Considerações sobre Classificação de Produção Técnica – Área de Ensino**, Brasília, 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.
- CANDAU, V. **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- COUTO, C. P. S.; RODRIGUES, C. K. Oficinas de formação continuada para professores de matemática: uma contribuição do mestrado profissional. **Educação Matemática em Revista**, Brasília, v. 24, n. 61, p. 114-127, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/24253/1/Couto2019Oficinas.pdf> Acesso em: 12 out. 2022.

DORNELLE, R. B. F.; CASTAMAN, A. S.; VIEIRA, J. de A. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: desafios e perspectivas na formação docente . **Revista Exitus**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e020133, 2021. DOI: 10.24065/2237-9460.2021v11n1ID1537. Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1537>. acesso em: 4 out. 2022.

FRANÇA JÚNIOR, R; LARA, R. Trabalho e Ser Social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/17406/13306>. Acesso em: 22 mar. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários á prática educativa. (Coleção Leitura). 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, G. **A educação e a crise do socialismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIX, J. Apresentando aos alunos a terminologia genérica da pesquisa social, *Política*, Washington, v.23, n.3, p.175-186, julho/setembro de 2002.

JUCÁ, E. G.; ALMEIDA, E. R.; SILVA, R. J. N. da. As relações entre o trabalho e a linguagem. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 12, p. e388101219512, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i12.19512. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19512>. Acesso em: 29 out. 2022.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p.331-354, abr.-jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2022.

LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação qualitativa em educação. *Investigação Qualitativa em Educação*. v1. **Atas**. Congresso Ibero-Americano de Investigação Qualitativa, 2017.

LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Luckács**. Ed. Coletivo Veredas. 2016.

LIMA, J. de A.; GONÇALVES, L. de A.; BATISTA, M. de C.; ALMEIDA, E. R.; BARBOSA, F. G.; ZEFERINO, B. C. G. A relação trabalho e educação: transição no trabalho e na formação humana no contexto do toyotismo. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p.

e8759109294, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9294. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9294>. Acesso em: 29 out. 2022.

LIMA, M. F. **Trabalho, Reprodução Social e Educação em Lukács**. 2009. 143p. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Fortaleza, CE, 2009.

LIMA, M. F.; JIMENEZ, S. V. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. **Educação em Revista [online]**. v. 27, n. 2, p. 73-94. 2011, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000200005>. Epub 29 Nov 2011. Acesso em: 23 fev. 2022.

LUKÁCS, G. Introdução a uma estética marxista – sobre a particularidade como categoria da estética. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARSCH, D.; FURLONG, P. Uma pele, não um suéter: ontologia e epistemologia na ciência política. In: MARSCH, David; STOKER, G. Teoria e métodos em ciência política. Londres: Pallgrave MacMillan, 2002.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 18ed. Livro I. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

MARX. O Capital: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Livro 1, Volume I).

MASON, J. **Pesquisa qualitativa**. 2ed. Londres: Thousand Oaks: Nova Deli: SAGE Publicações. 2002.

MOURA, D. H. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas De Integração. **Holos**, Natal, ano 23, v. 2, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 23 mar. 2022.

MOURA, D. H.; LIMA, D. L.; SILVA, M. RIBEIRO. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação [online]**, v. 20, n. 63, pp. 1057-1080, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206313>. Acesso em: 23 fev. 2022.

MOURA, M. E. **Relações históricas entre trabalho, educação e pobreza**. Teresina: EDUFPI, 2018.

MST. **Coleção Saber e Fazer Nº 2**. A Questão da Mística no MST. São Paulo, 1991.

NASCIMENTO, A. K. da C.; BADUY, R. S. Simulação, oficina e roda de conversa: estratégias de aprendizagem ativa na saúde. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, ano 43, n. 84, p. 152-167, jan./abr. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59008/1/2021_art_aknascimentorsbaduy.pdf Acesso em: 23 mar. 2022.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PATIAS, N. D.; HOHENDORFF, J. V. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. **Rev. Psicol. estud.**, v. 24, e43536, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/BVGWD9hCCyJrSRKrsp6XfJm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2022.

PAVIANI, N. M. S.; FONTANA, N. M. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **Conjectura**, v. 14, n. 2, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/16/15>. Acesso em: 20 out. 2022.

SANTOS, C. POESIA FOME. RECANTO DAS LETRAS – POESIAS CRÍTICAS [website]. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/poesias-do-social/1696723>. Acesso em: 29 out. 2022.

ROCHA, L. B.. Mapa mental: Forma de comunicação espacial. In: TRINDADE, G. Alves; CHIAPETTI, R. J. N. (Orgs.). **Discutindo Geografia: Doze razões para se (re)pensar a formação do professor**. Ilhéus: Editus, 2007. p. 159-175.

ROLIM, R. R. Tendências históricas universais do ser social na ontologia de Lukács: apontamentos de uma leitura imanente. **Rev. Direito e Práxis**. v. 9, n.3, set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/27035>. Acesso em: 05 mar. 2022.

SANTOS, D. Estética em Lukács: a criação de um mundo para chamar de seu. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

SANTOS, J. D. G.; FILHO, D. L. L.; NOVAES, H. T. **Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas**: vol. 1. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação [online]**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Acesso em: 23 maio 2022.

SILVA, R. J. N. da; ALMEIDA, E. R. ; JUCÁ, E. G. Toyotismo e o trabalho flexibilizado. **Research, Society and Development, [S. l.]**, v. 11, n. 7, p. e37811728602, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.28602. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/28602>. Acesso em: 29 out. 2022.

SILVA, R. J. N. da; ALMEIDA, E. R.; JUCÁ, E. G.. Trabalho e educação: a produção do conhecimento. **Research, Society and Development, [S. l.]**, v. 10, n. 13, p. e57101319542,

2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i13.19542. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19542>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SOUSA, C. P.; PLACCO, V. M. S. Mestrados profissionais na área de educação e ensino. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 47, p. 23-35, set./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/4567>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SOUSA, J. S. S.; LEMOS, J. H. A Liberdade como consequência ontológica do processo do trabalho. **Kínesis**, v. XII, n. 33, p.124-136, dez 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/11354>. Acesso em: 10 mar. 2022.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e formação profissional**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TERTULIAN, N. Sobre o método ontológico-genético em Filosofia. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 375-408, jul./dez. 2009. Disponível em: www.perspectiva.ufsc.br. Acesso em 2 de set. de 2022.

TERTULIAN, N. **Uma apresentação à Ontologia do ser social de Lukács**. Crítica marxista, n. 2, São Paulo: Brasiliense, 1995.

TONET, I. Educação e ontologia marxiana. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, p. 135–145, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i41e.8639900. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639900>. Acesso em: 23 mar. 2022.

TONET, I. **Educação contra o capital**. Maceió, Edufal, 2016.

TONET, I. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

TONET, I. Educação e idealismo “Eu Amo Minha Tarefa como Educador/a!!!”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 4, n. 3, p. 54-71, 6 maio 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/plurais/issue/view/438>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

UGALDE, M. C. P.; ROWEDER, C. Sequência didática: uma proposta metodológica de ensino-aprendizagem. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 6, n. ed.especial, p. e99220, 2020. DOI: 10.31417/educitec.v6ied.especial.992. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/992>. Acesso em: 25 out. 2022.

VIEIRA, E.; VOLQUIND, L. **Oficinas de ensino**: O quê? Por quê? Como? 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

ANEXO 01 – FICHA DE INSCRIÇÃO**OFICINA: O TRABALHO FLEXIBILIZADO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL****PERÍODO:** _____**NOME:** _____ **SEXO:** _____**NASCIMENTO:** __/__/____ **RG:** _____ **CPF:** _____**ENDEREÇO:** _____ **Nº:** _____**BAIRRO:** _____ **CIDADE:** _____**CELULAR/WATS: ()** _____ **E-MAIL:** _____**GRAU DE INSTRUÇÃO:** _____

ANEXO 02 – FICHA DE FREQUÊNCIA**ESCOLA / INSTITUIÇÃO:** _____**FICHA DE FREQUÊNCIA****OFICINA: O TRABALHO FLEXIBILIZADO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL****MÓDULO:** _____ **DATA:** _____

Nº	NOME	CPF	CONTATO/WATS
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			